

ESTADO DE  MATO GROSSO
DIÁRIO OFICIAL

GOVERNO CARLOS BEZERRA **SUPLEMENTO MENSAL** AGOSTO 87 nº 10

IOMAT/UFMT — NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL - NDIHR

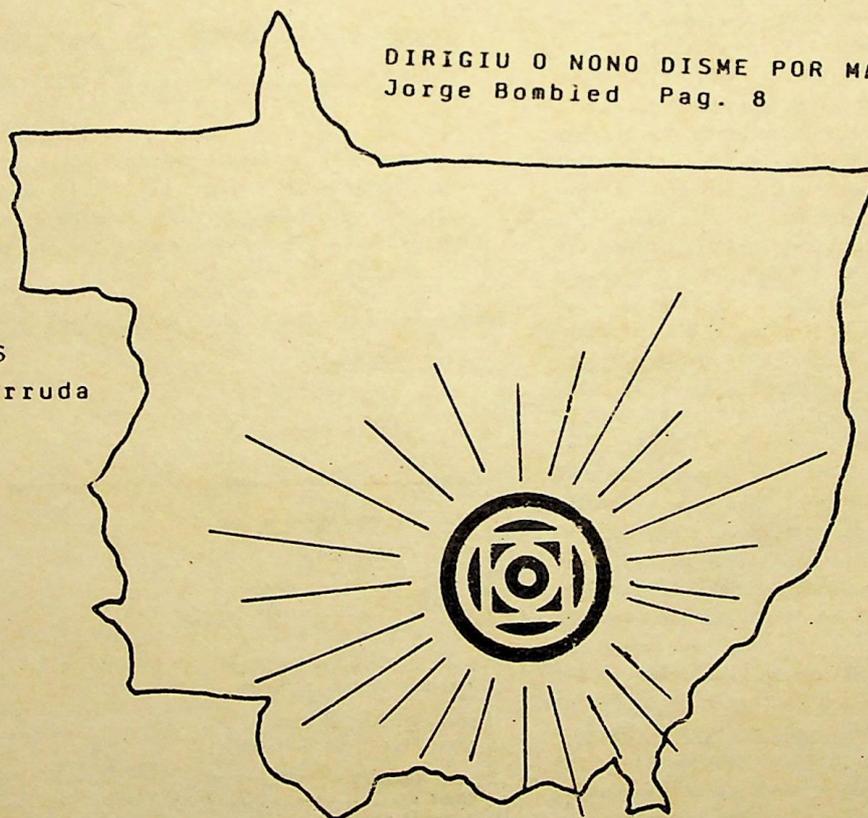
ESCRAVOS MUÇULMANOS EM MATO GROSSO
Carlos Francisco Moura Pag. 2

MIGUEL SUTIL, UMA VÍTIMA DA LUTA PELO PODER
Pedro Rocha Jucá Pag. 4

MORBECK X CARVALHINHO
Elizabeth Madureira Siqueira Pag. 6

DIRIGIU O NONO DISME POR MAIS DE 20 ANOS
Jorge Bombied Pag. 8

DANÇA DOS
MASCARADOS
Marta de Arruda
Pag. 3



CEMITÉRIOS DE CUIABÁ: ARTE E SOCIEDADE
Hélio Ferreira Pimentel. Pag. 10

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO: CENTENÁRIO
Pag. 12

UFMT: CONVÊNIO PARA A RECUPERAÇÃO DE DOCUMENTOS
Pag. 16

Escravos Muçulmanos em Mato Grosso

CARLOS FRANCISCO MOURA

Os Haussás eram negros islamizados de cultura guineano-sudanesa que habitavam o Norte da Nigéria. Sua economia era uma das mais desenvolvidas da África desde a Idade Média. Dedicavam-se à agricultura intensiva, à criação de gado e ao artesanato urbano. Hábeis comerciantes, levavam seus produtos e artigos a áreas distantes de sua região. Por esse motivo, a língua haussá tornou-se uma "língua franca" para vários outros povos da África Ocidental. Os Haussás, que nunca chegaram a formar um grande estado unificado, no século XII passaram a sofrer a influência Mali, através da qual conheceram, no século XIV, os primeiros missionários muçulmanos. O Islamismo passou a dominar nas grandes cidades, enquanto no campo persistia a religião primitiva. Foram as guerras da religião que lançaram os Haussás à escravidão. No início do século XIX, os Fulas, comandados por Otman dan Fodio, deflagraram a guerra santa contra os Haussás, acusados de "impiedade".

Vencidos, muitos Haussás foram vendidos como escravos aos mercadores que traficavam com o Brasil. Chegados, portanto, tardiamente, no início do século XIX, os Haussás concentraram-se principalmente na Bahia. Apesar de em número bem inferior aos escravos de outras origens, vindos para o Brasil desde o século XVI, os Haussás, por sua cultura e atividade, rapidamente assumiram papel de liderança. Aglutinando em torno de si negros islamizados de outras origens, eles começaram secretamente a preparar a guerra santa contra os brancos. Seus líderes religiosos ensinavam a ler e escrever em caracteres árabes, difundiram o islamismo e instruíam para a revolta. Eclodiram assim, na Bahia, levantes chefiados pelos Haussás em 1807, 1809 e a grande insurreição de 1813. Derrotados nessas tentativas, os Haussás passaram a um plano secundário, dando entretanto seu apoio a outros negros islamizados, os negros, que organizaram os movimentos insurrecionais de 1826, 1828, 1930 e a grande revolta de 1835.

As revoltas dos Haussás e dos Nagôs tiveram caráter bem diferente das dos demais escravos no Brasil. Como observou um estudioso, elas eram a reedição, no Brasil, das guerras de religião dos negros muçulmanos na África. Tal como no Brasil, os Haussás que foram como escravos para a Jamaica no século XIX, apesar de menos numerosos que os de outras origens desempenharam papel importante nas revoltas das populações negras. Entre os desenhos e pinturas da Expedição Langsdorff, que publicamos no livro A EXPEDIÇÃO LANGSDORFF EM MATO GROSSO (Desenhos e Pinturas Inéditos há Mais de 150 Anos) figura em que representa um Haussá (1). Esse material iconográfico ia sendo enviado de Mato Grosso para a Academia de São Petersburgo (atual Leningrado), e lá ficou, desde aquela época, à espera do regresso dos membros da Expedição. Entretanto no extremo Norte de Mato Grosso Langsdorff perdeu a razão e seus companheiros se dispersaram, e os pacotes do material da Expedição foram esquecidos nos porões daquela Academia e em outras repartições do governo russo, e só em nossos dias foram descobertos. A pintura a que nos referimos foi executada em janeiro de 1828 em Diamantino por Hércules Florence, um dos artistas que acompanhavam Langsdorff, e tem escrito, além do local e data e assinatura do autor, o título — "Negre Auçá".

Segundo os melhores autores, a forma correta em português é haussá. Em francês é haoussa, e em inglês, hausa. Em documentos brasileiros antigos aparecem também as grafias haucá, Ussá e Sucá. O termo não deve ser confundido com Auçá ou Uçá, de origem tupi e que significa caranguejo. A palavra haussá não se encontra geralmente nos dicionários mais comuns, e é preciso recorrer às obras de africanistas famosos, como Nina Rodrigues, Edison Carneiro e Artur Ramos, que estudaram sua ação no Brasil e as revoltas que lideraram. O termo ficou na expressão arroz de haussá, "guisado ainda hoje apreciado na Bahia" (2). Como entre os ingredientes desse prato não figura caranguejo (só arroz, carne-do-sertão, dita carne de-sol, óleo e sal), sua introdução, pelos negros Haussás, é confirmada. O trabalho de Hércules Florence representa um Haussá de frente, pintado a aquarela, e de perfil, desenhado a traço. É um raro documento iconográfico dos Haussás no Brasil, e uma prova de sua presença em Mato Grosso.

NOTAS

- 1) A EXPEDIÇÃO LANGSDORFF EM MATO GROSSO (Desenhos e Pinturas Inéditos Há Mais de 150 Anos), Convênio UFMT/IMPRINTA, NDIHR, Caixa Postal 3064, Rio de Janeiro, 1984. Este trabalho publica, pela primeira vez, pinturas a cores e desenhos a preto e branco executados em Mato Grosso na terceira década do século XIX pelos dois artistas franceses da Expedição, Hércules Florence e Aimé Adrien Taunay. Este artigo foi extraído do texto do livro.
- 2) Renato de Mendonça, A Influência Africana no Português do Brasil.

SUPLEMENTO MENSAL

EXPEDIENTE

GOVERNO
Carlos Bezerra

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
Natalino Antunes de Souza

DIRETOR GERAL DA IDMAT
Mário Marques de Almeida

DIAGRAMADORES
Celso Molina
Valdecir Bacani

IDMAT - Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso. Rua 13 de Junho nº 431 Fone: 321-4613.

Este Suplemento Mensal é produzido pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, da Universidade Federal de Mato Grosso, em convênio com a Imprensa Oficial do Estado.

Endereço para Correspondências e Contatos:
Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, NDIHR, Universidade Federal de Mato Grosso, Bloco do Centro de Ciências Agrárias, Sala 56. Fone: 261-2211 (Ramal 170).

Dança dos Mascarados

MARTA DE ARRUDA



A dança dos mascarados é uma dança do século XVIII, que Poconé conserva até hoje. Os Anais do Senado da Câmara de Cuiabá registra este acontecimento em que os homens vestiam-se de roupas femininas, porque as mulheres daquele tempo não podiam aparecer em público. Eram doze pares, vinte e quatro homens, onde doze travessem-se de mulheres.

Em 1980, os mestres Daniel e Nemésio concederam uma entrevista ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica da UFMT, falando sobre esta dança. Eles participam dela desde 1915.

NO LUGAR DE MEU PAI - Quando entrei para o bando dos Mascarados, foi para substituir meu pai. Ele não queria pagar a multa dos que faltavam o ensaio: uma garrafa de pinga que, na

quele tempo, custava 1 mil réis. Eu fui e aleguei que meu pai mandou eu treinar no lugar dele. Então eles me botaram no lugar do velho. Ensaiei e tal, para depois ouvir a opinião da turma: "Você presta pra luta. Pode ficar, mas este ano pode dizer pro seu pai que ele mesmo é que vai dançar." Comecei em 1915, e assinava o nome na lista de presença. O pessoal levava a sério.

GASTEI 7 MIL E OITOCENTOS RÉIS - Meu pai era fraco de gaita. O calção dele não cabia em mim. O cunhado dele mandou-me experimentar a roupa, mas como eu era mais alto que ele, não deu. Papai disse para a velha: "A senhora faça dois refregos neste calção." Mas não deu. Então foi gasto 7 mil e oitocentos réis para fazer a nova-roupa. Também comprei dois lenços...

VERMELHO - A cor das roupas mais acolhida era o vermelho. O mesmo pano para o calção e blusa. Mas, ninguém tinha uma cor certa. De uns tempos para cá é que eles lutam de cores combinadas. A fazenda era de chita qualquer. Ou então luizine. As blusas eram de mangas compridas. O calção era tipo bermuda. E usávamos meias compridas.

MÁSCARAS - Antigamente, as máscaras eram feitas de pelão ou de papel. Mas, com o calor não dava de aguentar até o fim da luta. Então passou a vir armação de arame. Se por acaso a máscara se desmanchasse, nós colocávamos um lenço no rosto. Ninguém podia reconhecer os dançarinos. Na cabeça, botavam enfeites no chapéu: espelhos e vidrilhos.

MULHER ERA FÁCIL - Brincar como dama era fácil e mais barato. Era só pedir emprestado um vestido velho para a mulher, a irmã ou a tia. Experimentou, serviu, e dava para entrar na dança. Tinha até a tal da anágua e espartilho para fazer cintura...

HOJE - Até agora a Dança dos Mascarados só é dança de por homens. A gente acompanha a tradição.

OCASIÕES - Esta brincadeira era dançada umas quatro vezes por ano: festa do Espírito Santo, São Benedito, Nossa Senhora da Boa Morte e Nossa Senhora do Rosário. Eram quatro mascarados. O povo se juntava para ver nós dançar. Junta até hoje... Nós caprichávamos. Caprichamos até hoje.

HORA DE COMECAR - À uma da tarde nós vestíamos e saíamos dançando pelas ruas de Poconé. À tarde, íamos para a casa da festa para ver se tinha alguma coisa boa para comer e beber. À noite, em frente da igreja começava a luta. Havia muita iluminação e foguetório.

FIGURADOS - Nosso primeiro Figurado era chamado Cavalinho, na entrada dos Mascarados. Depois era o Trança-fita. A seguir: Joaquina, Arpejada,

CONCLUI NA PAGINA 9

Miguel Sutil, uma Vítima da Luta pelo Poder

PEDRO ROCHA JUCA

Até parece que a participação de Miguel Sutil de Oliveira na História de Cuiabá foi da menor importância. As chamadas "Lavras do Sutil" não chegaram ao meio oficial da época. No dia 8 de abril de 1719, o nome de Miguel Sutil de Oliveira não estava entre os bandeirantes que assinaram a ata de fundação de Cuiabá. Nem mesmo o bando do capitão-general da Capitania de São Paulo, datado de 23 de Novembro de 1721, fixando as condições para a concorrência visando a abertura de um caminho por terra, "pelo certão para as novas minas do Cuyabá", refere-se a qualquer lavra de maior destaque nesta região. O próprio Pascoal Moreira Cabral, na carta que endereçou a Dom João V, no dia 15 de Julho de 1722, ao pedir a sua confirmação como guarda-mór das minas de ouro de Cuiabá e de capitão-mor regente dos sertões existentes ao redor das mencionadas minas, subscreve a correspondência dando como sua origem as "Minas do Coxipó". Mas as "Lavras do Sutil" existiram, pelo menos nos manuscritos deixados por Joseph Barboza de Sá, que em sua "Relação das Povoações do Cuyabá e Mato Grosso de Seos Princípios Thé os Presentes Tempos" afirma textualmente:

"No seguinte dia botaram-se para o Arraial do Coxipó, fizeram público o descoberto ao que se seguiu despejarem todos e mudarem-se para este sítio a que chamaram Lavras do Sutil, aonde foram formando Arraial e desfrutando a Lavra que foi a mancha de ouro mais copiosa que se tem achado em todo o Brasil, isto é, do alto onde está o tanque pela quebrada abaixo até o córrego, que serão quatrocentas braças pouco mais ou menos e coisa de cento e cinquenta braças para cada lado".

Como se fosse um chama frágil no impacto contra os fortes ventos, apagou-se repentinamente o nome de Miguel Sutil de Oliveira dos primórdios da História de Cuiabá. Se a sua especialidade era abrir roças para alimentar os primeiros moradores de Mato Grosso, nem mesmo em 1.730 ele era lembrado para missão semelhante, pois no começo daquele ano, ainda segundo a "Relação das Povoações do Cuyabá e Mato Grosso de Seos Princípios Thé os Presentes Tempos", de Joseph Barboza de Sá, "o sargento-mor Antonio Fernandes de Abreu com os descobridores das minas do Mato Grosso e muitos outros" plantaram roças nas minas recém-descobertas existentes nas proximidades da capela de Santa Anna, hoje Chapada de Guimarães. O seu nome também não aparece quando das lutas, em 1734, que terminaram por dizimar os índios Paiaçuás anos de pois.

Em "Bandeirantes no Ocidente", artigo publicado no volume XI da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, ano de 1942, o cônego Luiz Castanho de Almeida destacou o papel de Miguel Sutil de Oliveira na História de Cuiabá. O descobridor das lavras que mudaram os rumos históricos da Capital mato-grossense chegou a Cuiabá provavelmente em 1720, embora admita-se que ele tenha participado da grande bandeira de Fernão Dias Falcão, capitão-mor de Sorocaba durante nove anos, que em 1719 rompeu os sertões com grande acomehamento, em busca do ouro recém-descoberto às margens do Rio Coxipó. Existe ainda a hipótese de que Miguel Sutil de Oliveira tenha viajado para Cuiabá em 1721 com uma carta assinada pelo seu irmão Rodrigo César de Menezes, capitão a ser

viço do capitão-general Rodrigo César de Menezes, apresentando-o a Pascoal Moreira Cabral. Miguel Sutil de Oliveira era pobre, tinha poucos escravos carijós, e se fazia acompanhar de João Francisco Barbudo, com quem saiu de Forquilha em outubro de 1722, para uma roça que começara a plantar nas margens do córrego que mais tarde se chamou da Prainha. O felizardo sorocabano nem imaginava que iria descobrir as minas de ouro que motivaram o deslocamento do arraial instalado em Forquilha para onde hoje se encontra a capital de Mato Grosso.

O mesmo cônego Luiz Castanho de Almeida em "Acheias à História de Sorocaba", publicado em 1938, no volume XXXV da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, assim se refere a Miguel Sutil de Oliveira, na página 175: "Em 1712 aparece Miguel Sutil. Um sorocabano pobre, depois riquíssimo e no fim miserável, foi este célebre Miguel Sutil de Oliveira, que deixou o seu nome no Paraná e no Mato Grosso". E prossegue:

"Ora, em 1712, ele precisava de uns cobres. Nossa Senhora da Conceição emprestou-lhe 17\$280 a 11 de março, e a juros de 6 1/4%, mas... foi-lhe preciso encontrar um fiador, na pessoa do então alferes Antonio Antunes Maciel, o mesmo que, em 1719, voltaria de Cuiabá como uma trombeta tonitroando: Ouro! Ouro!, mensageiro feliz de Pascoal Moreira Cabral ao governador-general Rodrigo César de Menezes. Quanto ao protetor de Nossa Senhora, o capitão-mor Fernão Dias Falcão, o dinheiro que entregara ao Sutil mal lhe esquentara as mãos chegado que fôra de Iguape e enviado pelo vigário Carvalho".

Vale lembrar aqui que Nossa Senhora da Conceição era a Padroeira dos Bandeirantes. Braz Esteves Leme, o Patriarca de Sorocaba, construiu uma capela em homenagem à Nossa Senhora da Conceição e lhe deu o patrimônio de 225\$000 para garantir a sua manutenção. Contudo, já em 1747 o dinheiro havia se transformado em dívidas. Não há registros se Miguel Sutil de Oliveira pagou a sua dívida para com o patrimônio da Capela de Nossa Senhora da Conceição, em Sorocaba, antes de perder toda a riqueza que conseguiu nas minas de Cuiabá. Sabe-se apenas que ele era um grande devoto de Nossa Senhora da Conceição, juntamente com Braz Esteves Leme, Pascoal Moreira Cabral, o fundador de Cuiabá; Fernão Dias Falcão, o primeiro capitão-mor regente de Cuiabá; e os irmãos Miguel, Gabriel, Antonio e Felipe Antunes Maciel, notáveis no táveis bandeirantes que participaram, com maior ou menor projeção, na história da capital mato-grossense.

Miguel Sutil de Oliveira não se demorou nas Minas de Cuiabá. Nem ele e nem o capitão Francisco Sutil, que morreu em Sorocaba no dia 17 de Julho de 1722, de "morte apressada", sem saber da riqueza encontrada pelo seu irmão Miguel. Depois de dizer que Miguel Sutil de Oliveira não era um chefe e sim um "soldado da fortuna", o cônego Luiz Castanho de Almeida, em "Bandeirantes no Ocidente" assim narra a volta de Miguel Sutil de Oliveira para Sorocaba e seu triste fim de vida:

"É, pois, muito certo que numa das monções de 1723 ou 1724 Miguel Sutil arrou,

mou todo o seu ouro (3.500\$000 só o produto do primeiro dia) e encetou a viagem de volta. Cuiabá começava a sofrer os vexames dos irmãos Leme e Sutil estava enfarado de ouro. Demais, aprazia-lhe o clima fresco das campinas do Sul, em vez daquele forno de Cuiabá. Em 19 de Janeiro de 1724 já estava na terra. No dia 12 de outubro de 1724 transformou-se, de súbito, em contratador dos dois rios, Itapetininga e Paranapanema. José Homem da Costa, que no juizado ordinário de Sorocaba obtivera por 90\$000 os dois contratos, logo em abril passara os direitos do Itapetininga a João Lopes da Cunha por 110\$000 e, nesse 12 de Outubro, a Miguel Sutil os do Paranapanema. O feliz descobridor contara-lhe em cartório 200\$000. Com o que o filho que era o Homem da Costa veio a ganhar 220\$000 sem trabalho, entre 2 de abril e 12 de outubro de 1724. Em cada um dos rios o contratante manteria canoas e gente, cobrando 70 réis por pessoa, 40 réis por carga de negócio, e quatro vinténs por cabeça de cavalo, boi ou vaca (de Curitiba: ainda não havia o caminho e os muare de Viamão). Miguel Sutil, já viúvo, transportou-se de fato para Paranapanema, onde deixou as filhas mamelucas a que nos referimos". Miguel Sutil de Oliveira teve apenas um filho legítimo, que tinha o seu próprio nome, e que não deixou descendentes; teve três filhos naturais, sendo duas mulheres, que se casaram em Sorocaba no ano de 1740, e um homem, Sebastião, de quem não existe outro registro histórico além do batismo. Prosseguindo: "Naturalmente o motivo da preferência era ainda a sede do ouro, que sempre havia naquela zona. O vizinho do Itapetininga era-lhe, aliás, o amigo João Lopes da Cunha que lhe fôra fiador em 1712. A prova de que fez mudança para o Sul está no fato de que o primeiro de janeiro de 1724 passou a Antonio Rodrigues Penteado, por 130\$000, a escritura da casa de corredor e dois lances que estava a cair em parte, e fôra do irmão defunto, Sebastião. Como era pobre e rico Sutil! O mesmo livro, de 1724, no-lo mostra a dever 66\$000 a Brás Mendes Paes". Refere-se ao Primeiro Livro de Notas de Sorocaba, existente no Arquivo Público de São Paulo. Voltando ao texto do cônego Luiz Castanho de Almeida: "Não saberíamos dizer se, passados os tres anos, Miguel Sutil arrematou os direitos de passagens. Em 1748, 22 de fevereiro, ei-lo na matriz de Sorocaba, casando-se com Ana Vieira, filha de Francisco Machado e Ana Pereira. Aos dezoito de agosto de 1755, no bairro do Itanguá, onde residia, a uma légua da Vila, entregou Miguel Sutil a alma a Deus, com um testamento que não se cumpriu por falta de dinheiro". No Primeiro Livro de Óbitos

de Sorocaba está registrado o seguinte: "Foi sepultado onde pedia (ao pé do altar do Rosário) e recomendado sem música pelo padre Domingos Machado Torres. O sobredito teria de idade cem anos mais ou menos". Filho de uma família financeiramente remediada, Miguel Sutil de Oliveira viveu pobre, sempre em busca de ouro, chegando ao ponto de vender a casa paterna, que possuía juntamente com o irmão Sebastião Sutil, em 1706; encontrou a riqueza em Cuiabá e morreu novamente pobre.

Em Cuiabá, Miguel Sutil de Oliveira enriqueceu não só o seu patrimônio mas também a sua biografia. Pode-se dizer que dois sorocabanos fundaram Cuiabá. O primeiro, Pascoal Moreira Cabral, fundou o Arraial de Forquilha, mas a capital mato-grossense se firmou no Arraial do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Este Arraial foi descoberto por Miguel Sutil de Oliveira, que plantava uma roça nas proximidades da hoje Igreja do Rosário e, auxiliado por índios, descobriu as famosas lavras de ouro que motivaram o deslocamento dos bandeirantes, que se achavam às margens do Rio Coxipó, em Forquilha, para as margens do Córrego da Prainha, de onde se irradiou o perímetro urbano de Cuiabá a partir do Largo da Mandioca e do Beco do Candieiro.

Miguel Sutil de Oliveira poderia ser muito apagado às riquezas materiais que ele sempre buscou. Por esta ótica a sua repentina saída de Cuiabá, onde estava "a mancha de ouro mais copiosa que se tem achado em todo o Brasil", sugere que ele, semelhante ao que aconteceu a Pascoal Moreira Cabral, foi também uma vítima da luta pelo poder. Pascoal Moreira Cabral, pobre e sem receber o merecido reconhecimento da Coroa portuguesa, embrenhou-se pelas matas a fim de esquecer as injustiças. Rico, com grande quantidade de ouro, Miguel Sutil preferiu ir embora, para a sua distante Sorocaba, onde buscou novos empreendimentos. A ganância do capitão-general Rodrigo César de Menezes destruiu o resto de vida que sobrava a Pascoal Moreira Cabral e a Miguel Sutil de Oliveira.

Contudo, a História de Cuiabá soube consagrar os seus dois grandes primeiros heróis e repugnou a insensatez do ex-capitão-general da Capitania de São Paulo. No dia 22 de agosto de 1975, acompanhados das autoridades civis e religiosas de Sorocaba, chegavam a Cuiabá os restos mortais de Miguel Sutil de Oliveira. Num gesto de respeito, a capital mato-grossense parou para receber o responsável pelo surgimento do Arraial do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Às nove horas do dia seguinte, 23 de agosto de 1975, Cuiabá rendia as mais justas homenagens a Miguel Sutil de Oliveira, juntamente com outros nomes importantes da sua história.

Nas páginas de "O ESTADO DE MATO GROSSO"; na sua edição de 24 de agosto de 1975, assim resumí, em meio a longa reportagem, aqueles momentos que os cuiabanos jamais esquecerão, principalmente o instante da chamada nominal daqueles que então eram homenageados:

" Os flabelos reais de mil palmeiras ", da poesia de Dom Aquino, testemunharam ontem, pela manhã, as justas homenagens que o povo e as autoridades de Cuiabá prestaram aos seus heróis. e ex-arcebis

bos. Depois de uma missa solene na Igreja do Rosário, um grande cortejo, encabeçado por um carro-tanque do Corpo de Bombeiros, levou para a Basílica do Senhor Bom Jesus de Cuiabá os restos mortais de Pascoal Moreira Cabral e Miguel Sutil, os desbravadores dos sertões que conseguiram implantar esta Capital no coração, no centro geodésico da América do Sul, e de Dom Luiz Pereira de Castro, primeiro prelado da primitiva Prelazia de Cuiabá, de Frei José Maria de Macerata, capuchinho, segundo

prelado, de Dom José Antonio dos Reis, primeiro Bispo da Diocese de Cuiabá, de Dom Carlos Luiz D'Amour, primeiro Arcebispo da Arquidiocese de Cuiabá e de Dom Francisco de Aquino Corrêa, Presidente de Mato Grosso e segundo Arcebispo de Cuiabá. Quando o cortejo chegou à Basílica, houve missa solene, pelas suas almas. Após a missa, as urnas foram depositadas na cripta da Basílica, que passou, assim a ser o Panteão dos Heróis e das mais altas personalidades católicas desta Capital".

Morbeck X Carvalhinho

Elizabeth Madureira Siqueira

Para se entender esse episódio ocorrido na região Leste do estado de Mato Grosso, na década de 20 do nosso século, necessário se faz retomarmos parte da história do processo migratório ocorrido em nossa região.

A migração, via Leste, iniciou pela busca das seringueiras, inicialmente encontradas na região amazônica e, mais tarde, através do R. Araguaia, esta população chegou a Mato Grosso. Fugindo da seca os grupos nortistas e nordestinos eram compostos, não só por pessoas entendidas, habilitadas na extração da borracha, mas composto também por pessoal com certa experiência no setor minerador. Mesmo caso se poderia aplicar às populações pobres de Minas Gerais, as quais se dedicaram, como os nordestinos e nortistas, às fainas seringalistas.

No séc XIX a descida dos migrantes via Mato Grosso se processou, visto estarem os mesmos em busca das famosas mangabeiras, árvores que proliferavam por toda extensão do r. Araguaia e que era muito rica em látex. Uma vez escassa a borracha, muitos migrantes não regressaram à região de origem, preferindo dedicar-se à pecuária e agricultura de subsistência, ou trabalhando como assalariados em Mato Grosso. Esse foi o caso de João José de Moraes, apelidado de "Cajango", oriundo de Minas Gerais e trabalhador da fazenda Boa Vista, de propriedade de seu sogro. Cajango percebeu a similaridade existente entre os cascalhos da região mineralógica de sua terra natal (MG) e os de Mato Grosso. Pensou ele em tentar encontrar diamantes em região mato-grossense.

Sua primeira experiência mineradora só foi possível com a colaboração de Vicente Roiz Rodrigues, experiente minerador da região do Caiapó e que havia chegado à fazenda onde se encontrava Cajango. Ambos colheram cascalhos de formatos variados, característicos de região diamantífera, porém, a experiência da dupla não passou desse primeiro e tímido passo.

Cajango, no entretanto, não desanimou de seu intento e, sempre que possível, investigava sobre a existência de diamantes na região. Em uma destas investigações ficou ele sabendo, através de um índio Borôro que, na confluência dos rios Caçununga e Garças, havia grande quantidade daquela pedra preciosa, à qual os índios deno-

minavam de TORICUIÊGE. Esta e outras muitas estórias Cajango contava a todos os que por ali passavam.

Feliciano Sezilo dos Santos, baiano, migrado para a região mato-grossense sob o impulso provocado pela febre da borracha, porém naquele momento ressentida dos baixos preços, chega, por volta de 1900 à fazenda Boa Vista e ouve, atento, todas as estórias contadas por Cajango. Feliciano, animado e estimulado, resolve fixar-se exatamente no ponto indicado pelo índio Borôro, ou seja, na confluência dos rios Caçununga e Garças. Isso ocorreu por volta de 1908.

Feliciano não foi sozinho, porém levou consigo um grupo de pessoas: Joana Francisca de Jesus (esposa de Sezilo), Manuel Cuiabano (índio Borôro), Maria Barbosa (esposa de Manuel Cuiabano), Zé Luís, Zelino, Chico Preto e Ângelo Italiano.

Certo dia, Joana Francisca de Jesus, esposa de Sezilo, lavando pratos no r Caçununga, sente que um cascalho, diferente dos demais, feria o prato: ERA UMA ESTRELA DIAMANTÍFERA. Essa pequena amostra foi levada até a fazenda Boa Vista e Cajango se incumbiu de mandar analisá-la, ao fim do que, constatou tratar-se, realmente, de diamante.

O grupo de Sezilo debruçou-se, arduamente, sobre a garimpagem. A maior parte da produção não ficava com o grupo, como poderíamos supor, porém era trocada com Cajango, por alimentos, visto não poder o grupo dedicar-se a outra atividade senão o garimpo. Cajango, por outro lado, após ter adquirido o fruto de um ano de trabalho do grupo Sezilo, vai à Cuiabá com cinco e meia onças de diamantes, as quais vendeu por um conto e 300 mil réis. Os diamantes não ficavam em Cuiabá porém, foram vendidos a um famoso joalheiro do Rio de Janeiro, Luiz Resende, o qual percebeu que os diamantes de Mato Grosso eram bem diferentes daqueles vindos de Minas Gerais ou de outras regiões do país valendo, portanto os mesmos, mais.

Dessa maneira pensou logo Resende em colocar um agente seu junto às zonas diamantíferas de Mato Grosso, o qual deveria, "in locum", garantir a aquisição das tão preciosas pedras. Este agente chamava-se Daniel de Lima o qual chega ao r. das Garças acompanhado de

um grupo experiente de mineiros, munidos de atualizados instrumentos de trabalho. Daniel de Lima passa, dessa forma, a superintender o grupo de Sezilo.

Em 1919 são remetidos para o Rio de Janeiro 11 quilos e 250 gramas de diamantes, o equivalente a 55 mil quilates. O domínio de Daniel de Lima, o qual representava Luís de Resende, durou pouco, pois, em 1922, chega à região diamantífera de Garças, Cândido Soares Filho, baiano, representando J. Polak, agente externo, aliado a forte grupo econômico fixado no estrangeiro.

A chegada de Cândido e seu confronto comercial e político com Daniel de Lima, fez com que subissem os preços dos diamantes. Não satisfeito com a produção adquirida na região, Cândido vai à Bahia de onde traz grande número de pessoas, as quais foram trabalhar para ele na extração de diamantes. Nesse período, década de 40 do nosso século, o número total de garimpeiros no Estado de MT era de 45.000, sendo que 35.000 eram fixados na região Leste: Araguaia, Garças, Poxoreó e outras.

Como pudemos observar, as zonas de garimpo eram reidas, política e economicamente, pelos potentes locais, ou seja, por indivíduos que, pela aceitação ou temor, exerciam lideranças e que, sem dúvida, detinham significativo poder econômico.

Durante muitos anos os governadores do Estado de MT não se imiscuiram na vida dos garimpos, porém tiveram a seu lado o apoio do chefe local, o qual contribuía, assim como seu bando, na hora das eleições. Essa política de favores (voto X não interferência) fez com que as zonas de garimpo fossem locais estigmatizados como "terras sem lei", onde imperava a violência e o temor.

O CASO MORBECK X CARVALHINHO : um caso dentre muitos

Como o próprio título elucida: o episódio diz respeito às lutas travadas entre dois chefes locais das zonas de garimpo, situadas no Leste Mato-Grossense. Façamos uma breve caracterização dos personagens em questão:

- JOSÉ MORBECK: natural da Bahia - migrado para MT em 1912 - região de instalação: rios Araguaia e Garças - profissão engenheiro (agrimensor).
- MANUEL BALBINO DE CARVALHO (CARVALHINHO) - natural de Pernambuco - migrado em 1922/MT local de fixação: Santa Rita do Araguaia.

José Morbeck migrou para a zona diamantífera, situada a Leste de MT, dez anos antes de Carvalhinho. Durante esse período Morbeck se estabeleceu em Santa Rita do Araguaia, onde fez-se cercar de grande número de trabalhadores do garimpo, os quais depositavam nele toda confiança. Da mesma forma, Morbeck recebia todo apoio do então governador do Estado, Pedro Celestino. Durante o ano de 1916, Morbeck pode demonstrar o incontestado apoio ao governador, ocasião em que, com seu bando (300 hs) lutou contra os adversários de Pedro Celestino, arrasando e destruindo usinas de açúcar e fazendas pertencentes a seus adversários. Nessa ocasião Morbeck e seu bando eram

temidos e respeitados por grande número da população do então Norte e Leste de MT.

Com a proliferação das gorrutelas, Morbeck fez questão de manter ali seu prestígio; fazer-se respeitar na região. Para tanto, considerando-se Intendente (chefe de polícia) de Araguaia e Garças, enviou para os novos garimpos, pessoas de sua absoluta confiança, a fim de que os mesmos garantissem coesão e fidelidade a seu comando. Dentre essas pessoas destaca-se Carvalhinho, o qual fora escolhido para resguardar o garimpo de Bandeira. Nessa ocasião ambos eram compadres, não reinando entre eles qualquer discórdia, pois nessa ocasião eram até sócios em estabelecimento comercial instalado no garimpo de Urtiga, às margens do r. Bandeira. Com o passar do tempo, seria natural que Pedro Celestino se descontentasse com o abuso de poder de Morbeck e desejasse estender o seu também, à região Leste de MT. A tática escolhida por Celestino foi a mudança de apoio político, de Morbeck para Carvalhinho.

O BAILE DO "FECHA NUNCA": início das divergências

Em 1925, em um dos bailes ocorridos no garimpo de São Pedro, baianos e nortistas discutiram e, após esse aparente incidente, os grupos se dividiram e armaram-se fortemente. De um lado, o bando de Chiquinho, que entra no acampamento de Alcantilado, distante 3 Km de São Pedro matando 18 nortistas, em plena atividade de garimpagem. Após esse feito, o bando penetra na cidade (S. Pedro), ocasião em que a população foge apavorada, indo pedir a Morbeck e Carvalhinho, os quais estavam no garimpo de Caçununga, que fizessem algo frente aquela situação. Morbeck resolve mandar prender Reginaldo, um dos integrantes do bando, o que não coincidiu com a opinião de Carvalhinho que, na ocasião assim se expressou: "Prendam-se os demais, porém não se persiga Reginaldo, que está inocente e é amigo dedicado nas ocasiões precisas".

Morbeck, não acatando a vontade de seu compadre, manda prender Reginaldo, o qual foi enviado para Cuiabá, por força pública estadual. Logo que chegou à Cuiabá, Reginaldo foi libertado; porém, vítima de emboscada, veio a falecer nas imediações do Coxipó da Ponte. O fato de Reginaldo ter sido solto, logo que chegou à Cuiabá, é um forte demonstrativo de que forças políticas acenavam contra as decisões de Morbeck e, sim favoravelmente para o lado de Carvalhinho.

O PAIOL DE PÓLVORAS

A chama da discórdia estava acesa e o fogo logo se alastraria. Em 1927, Morbeck e Carvalhinho vão ao Rio de Janeiro em busca de apoio político. Viajam juntos e instalam-se em um mesmo hotel. Carvalhinho se encontra com Pedro Celestino e este o nomeia Delegado de Polícia da região do Araguaia e Garças. Morbeck, percebendo a traição, pois tudo havia sido realizado sem sua participação, muda-se de hotel, numa franca demonstração de que o rompimento se efetivara. Carvalhinho, agora mais a vontade, concede entrevistas a jornais, propalando seu

poder junto à zona diamantífera mato-grossense. Morbeck retorna ao Araguaia/Garças com a finalidade de arregimentar pessoal, visando embate final. A tática escolhida por ele foi a de atacar antes de ser atacado.

PASSOS FINAIS DA LUTA : Morbeck e seu bando vão para Santa Rita do Araguaia, cercam e atacam a residência de Carvalhinho. Este resiste, juntamente com seu bando.

Pelo descompasso entre as forças, Morbeck e seus homens resolvem fugir, atirando-se nas águas do Rio Araguaia. O bando de Morbeck incendia a casa comercial de propriedade de Carvalhinho.

Esse episódio ficou conhecido como o dos "Morcegos" e dos "Cai n'água" ; isso porque o bando de Morbeck atacara durante a madrugada e o de Carvalhinho porque se atirara na água. Nessa ocasião, Carvalhinho se refugia em Mineiros (GO) de onde planeja o revide: inicialmente, foi para os sertões da Bahia (r. São Francisco) arregimentar pessoal; de lá, vai até Salvador, de onde solicita proteção de Pedro Celestino para garantia de sua volta. O governador mato-grossense, o garante.

Morbeck, nessa ocasião (1926) encontrava-se no Rio de Janeiro, porém, seu bando estava sob o comando de Candinho.

Carvalhinho toma a dianteira no combate a Candinho. O ataque se processou na serra da Arnica, conhecida como o "Fortim de Caçununga", de vitória em vitória, Carvalhinho e seu aguerrido bando foram dominando Laggado, Caçununga e conseguindo chegar até Santa Rita do Araguaia. Morbeck retorna do Rio de Janeiro com farto reforço de armas e munições, as quais foram a eles doadas por políticos, sob pretexto de que as mesmas deveriam servir para repressão à Coluna Prestes que, nesse momento passava por Mato Grosso.

Os combates se sucederam numa alternância de vitórias, de lado a lado. Porém, um fato político interrompeu os combates armados, colocando um ponto final nesse episódio: ocorreu mudança no governo estadual, ocasião em que Mário Corrêa da Costa sucede a Pedro Celestino. O novo governante objetivava acabar com as lutas armadas no Leste Mato-Grossense, fazendo-se valer e ser reconhecido, definitivamente na região, o poder estadual. Para tanto, Mário Corrêa da Costa nomeia, como Chefe de Polícia do Araguaia e Garças, Valdemiro Corrêa, o qual faz valer, sob o peso das armas, o poder estadual.

Os bandos de Morbeck e Carvalhinho, nesse momento esgotados, fazem armistício. Morbeck permanece em Santa Rita do Araguaia, porém, sem gosar do prestígio anterior; Carvalhinho e seu bando se retiram para Poxoréu, nessa ocasião recém fundada, onde fixa residência.

Temoroso de novos incidentes, Mário Corrêa da Costa envia para Poxoréu o tenente Telésforo Nóbrega, acompanhado de um destacamento bem armado e orientado. Vários atos de violência são cometidos de lado a lado, porém, Telésforo fez vingar as forças governamentais.

Carvalhinho, sentindo ver desfeito seu sonho de retomada da liderança, solicitou do governo estadual indenização pelos prejuízos sofridos. O chefe do Executivo estadual deu a resposta às reivindicações de Carvalhinho, e seu bando; ataca o

quartel, ocasião em que se assiste a muitas mortes, dentre as quais, a de Telésforo.

Carvalhinho e sua gente foge para Goiás, temeroso: de um provável revide governamental. Mário Corrêa da Costa, no entretanto, persegue e prende Carvalhinho e seu bando, os quais, depois de presos em Jataí, são transportados para Três Lagoas e daí para Poxoréu. Ali o bando e seu chefe são obrigados a desfilar pelas ruas, em franca demonstração da real existência de um poder estadual forte. Ao mesmo tempo a cena evidenciava uma prova de que a força paramilitar, simbolizada pelos "coronéis" do garimpo, havia deixado de ter sua importância naquele momento histórico.

De Poxoréu são os mesmos transportados até Cuiabá, onde novamente saem em passeata. Carvalhinho e seu bando permanecem presos na Capital até 1930 quando, com a Revolução getulista, são postos em liberdade.

Este episódio Morbeck X Carvalhinho representou um, dentre os muitos conflitos ocorridos na região Leste de Mato Grosso. Os grupos se desfizeram porém, os resquícios de vingança e revide persistiram por muitos anos e perduram até hoje, com outros personagens e novas forças.

Dirigiu o Nono Disme por mais de 20 Anos

JÓRGE BOMBLÉD

Solenidade, festejo, comemoração e celebração de um dia festivo já se foram, neste ano, para a Meteorologia em Mato Grosso. Era o dia 23 de março último. Mas todos isto despertou em mim a lembrança de um batalhador admirável pela expansão e realização do serviço meteorológico em nosso Estado e outros, limítrofes que constituem a rede do NONO DISTRITO DE METEOROLOGIA. Esse batalhador, Deus o tenha em sua paz, é o Sr. CARLOS GUIMARÃES, cuja esposa e família auxiliaram-me muito. Para notificar o presente artigo. A elas o meu sincero "muito obrigado", acompanhado de uma constante e fiel admiração e de meu profundo respeito. Carlos Guimarães assumiu o cargo de Chefe do DISME - hoje fala-se Diretor do DISME - desde 1942, permanecendo no cargo por mais de vinte anos. Aliás, naquela época (1941), o Distrito de Meteorologia em Cuiabá e a o 8º.

Carlos nasceu a 7 de Janeiro de 1905. Seus genitores, Álvaro Guimarães e Da. Bernardina, tiveram cinco filhos, quatro homens e uma mulher. Carlos era o mais velho. Desde cedo já ficou muito ativo, pois, aos quatorze anos entrou a serviço na extinta Diretoria de Meteorologia e Astrofísica com sede na Capital Federal, não constando, porém, uma Portaria de sua admissão. Entretanto, ele prestou os serviços que sua idade lhe permitia e com isto habilitou-se durante o período de dois anos (05/06/19 a 13/06/21). Serviu como Auxiliar de Observador Meteorológico na Estação de Mont' Serrat, Rio de Janeiro, e finalmente contratado no mesmo nível de 1932 a 1933. Foi, então, promovido ao cargo de Observador em 1934 e exerceu sua função em Formosa, Goiás, onde, e no mesmo ano, trabalhou como calculista de 1ª classe, interino. No entanto, conforme ele mesmo me contou, ocupou-se em cartório no Estado de Goiás, como ajudante.

Também foi iniciado em várias funções do Serviço de Meteorologia, particularmente em Aerologia, com todos os pormenores que esta exigia: fabricação do hidrogênio para encher os balões-pilotos, o acompanhamento dos mesmos com o teodolito, o lançamento dos dados colhidos em um disco, o cálculo das distâncias horizontais por meio da régua de calcular e a determinação das direções e velocidades do vento em todas as alturas alcançadas. Valeu-se desta aprendizagem para poder inspecionar muitos Postos de Meteorologia, do Norte ao Sul e ao Oeste do país. Na época de suas inspeções em Mato Grosso, conheceu, admirou e estimou com sinceridade o saudoso Pe. Ricardo Remetter, encarregado do Observatório Meteorológico Dom Bosco, no Colégio Salesiano São Gonçalo, e esta amizade profunda perdurou por toda a sua vida.

No seu trabalho de funcionário consciencioso e dedicado, ele atraiu sobre si as atenções de seus chefes imediatos, particularmente dos diretores gerais que se sucederam no governo do Serviço Nacional. Por isso, ele foi promovido, por merecimento, ao posto de chefe do Distrito de Meteorologia instalado, pelos menos oficialmente, desde 1934, em Cuiabá. De fato, naquela época a Diretoria de Meteorologia achou por bem dividir a imensa rede nacional em vários distritos que permitissem maior desenvolvimento das pesquisas efetuadas e transmitidas com maior rapidez e eficiência ao Centro do Serviço, então estabelecido no Rio de Janeiro, a fim de fornecer informações mais exatas da situação do tempo em todas as regiões do Brasil.

Entre estes Distritos, o de Cuiabá teve à sua frente o Pe. Remetter a quem a Direção promoveu, por respeito e veneração, aquele sacerdote inteiramente votado a esta ciência desde a sua chegada no Brasil em 1914. Mas, este honroso cargo, realmente, não era compatível com a condição sacerdotal desse ministro de Deus, propenso a perdoar e não condenar, antes inclinada a indulgenciar, mais do que a punir os negligentes, como sõe acontecer com certas pessoas relaxadas no serviço de repartições. Bem que os superiores salesianos tinham posto à disposição do Pe. Remetter cinco irmãos salesianos, dos quais fazia eu parte. Ele exonerou-se do cargo, que passou para outro funcionário. Não tardou, porém, que o exercício desta função fosse confiado ao Sr. Carlos Guimarães, que já conhecia a região de Mato Grosso pelas inspeções por ele efetuadas anteriormente.

O seu trabalho, então, intensificou-se numa contínua e total dedicação em vista de uma real melhoria de instalações, de serviços prestados e de pessoal mais adestrado nas Estações Meteorológicas dos Estados de Mato Grosso, Goiás e Rondônia. Constituiu-se em meio a muitas dificuldades de locomoção pessoal, de transportes, de material, de recursos financeiros adequados e imediatos e, também, de execução de serviços, executados por operários ocasionais, às vezes, inexperientes no gênero. Não poucas vezes, ele não foi compreendido por funcionários menos diligentes. E, apesar de tudo, Carlos não esmorecia e sustentava o laborioso ônus que assumira. Por outro lado, houve uma plêiade de funcionários que o animaram sempre mais, não só por uma recíproca amizade mas também por uma colaboração desinteressada, franca e alheia a qualquer idéia de retribuição de qualquer gênero.

Pessoalmente, recorro com saudades a sua fisio-

nomia, o seu trabalho, o apoio que dava aos seus colaboradores. Dava a conhecer as experiências adquiridas em suas inspeções, viagens e vicissitudes. No ano de 1960 celebraram-se os cinquenta anos de serviços prestados pelo Observatório Dom Bosco de Cuiabá. Nesta ocasião, 15 de novembro, reuniram-se em conselho, para determinar decisões importantes, os vários Chefes dos Distritos convocados pelo próprio Diretor Geral da Meteorologia Nacional. Quero crer que foi um motivo de demonstração de apreço e grande estima por parte da Direção Geral para com o Sr. Carlos. Sem dúvida, neste jubileu, homenagearam o Observatório Dom Bosco na pessoa de seu encarregado, Pe. Remetter; mas o seu grande amigo, Chefe do Distrito em Cuiabá, não podia ficar alheio, sendo levado a compartilhar desta homenagem. Este acontecimento foi realmente um sucesso para ambos: O Sr. Carlos Guimarães e o Pe. Ricardo Remetter. Naqueles momentos ninguém podia prever a ruptura brusca que havia de suceder a poucos anos de distância: 22/09/65. Com isto também, desmoronou-se a estrutura dos postos confiados aos religiosos em Mato Grosso. Hoje é fato consumado e só resta a lembrança do que já foi.

Mas quando, por força de lei, precisou aposentar-se e assim foi como Chefe do Distrito, Carlos nunca deixou de se interessar pelo andamento do Serviço de Meteorologia. Antes, quando se apresentava a ocasião de realizar algo em favor da Rede do Nono DISME, sempre se oferecia para levar a cabo o que lhe confiaram. Assim, como último aceno a essa dedicação, por ocasião do meu retorno ao Brasil, após uma ausência de três anos, Carlos, já aposentado, após madura preparação para reabertura do Posto de Sangradouro, solicitou a minha presença neste Posto para ativá-lo e mantê-lo. Foi então que ele me aconselhou a naturalizar-me para garantir a sequência desse serviço. Tudo isto vem demonstrar o quanto era dedicado o Sr. Carlos, proporcionando muitos benefícios a Mato Grosso, no seu setor.

Dança dos Mascarados

CONCLUSÃO DA PÁGINA 3

Lundu, Maxixe de Humberto, Cara Dura, Lundu e Retirada. Joaquina era quando a gente dançava ajoelhado. Lundu é de roda. Trança-fita é uma brincadeira com fitas, em que cada um trança em ziguezague, como se faz trança. Arpejada era em fileira. Cara-dura também é de joelho. A mais bonita, pro meu gosto, é Joaquina.

TRES GERAÇÕES - Já é a terceira geração que luta na Dança dos Mascarados. Também é a terceira geração de músicos. Trocávamos flauta, saxofone e viola. Para cada tipo de dança é um instrumento.

FUTURO - Até agora não tinha nada escrito para a próxima geração. Nem as músicas, porque as partituras estavam velhas e rasgaram-se. No entanto, meu filho já sabe quase tudo e, daqui há pouco, vai me substituir. Assim, a gente espera que a Dança dos Mascarados não seja esquecida pelos meus netos e bisnetos, mesmo com a mania destas crianças quererem acompanhar as danças da televisão.

Cemitérios de Cuiabá: Arte e Sociedade

HÉLIO FERREIRA PIMENTEL

Em 1960, o historiador e pesquisador Clarival do Prado Valladares deu início a um trabalho, de certa forma inédito, uma vez que tomou como objetivo único a ARTE E SOCIEDADE NOS CEMITÉRIOS BRASILEIROS. Para tal, o pesquisador teve que percorrer o Brasil de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Um documentário rico e altamente interessante (dado a relevância histórica, artística e arquitetônica que foi observada nas necrópoles do Brasil) começou a ser formado pelo incansável historiador e sua equipe. E os anos foram se passando. E o documentário se avolumando cada vez mais.

No Nordeste, interessantes costumes e hábitos cimiteriais foram pesquisados. No Rio de Janeiro, a exuberância e o luxo dos túmulos dos barões, baronesas, coronéis, industriais e ex-presidentes de Estados. Em São Paulo, muitos desses costumes também foram constatados. No Centro-Oeste, o pesquisador encontrou muita coisa de interesse histórico, artístico e arquitetônico. No Estado de Goiás, muitas obras artesanais cimiteriais foram constatadas nas pesquisas. Em Mato Grosso, mormente em Cuiabá, sua Capital, o historiador e sua equipe descobriram verdadeiros monumentos nos cemitérios aqui existentes; como por exemplo, o túmulo do Chefe de Esquadra, Augusto Leverger (Barão de Melgaço) e outros.

O trabalho desse valoroso historiador brasileiro foi editado pelo Conselho Federal de Cultura - MEC - Rio de Janeiro, no ano de 1972. O estudo trata da arte cimiterial ocorrida no Brasil desde as sepulturas de igrejas e as catacumbas de Ordens Confrarias até as necrópoles secularizadas. A obra é composta por dois grossos volumes, com ilustrações fotográficas de muito bom gosto. Mil quatrocentas e noventa páginas totalizam o resultado de 10 (dez) anos de pesquisas. Cerca de sete mil fotos foram tiradas das dezenas de cemitérios visitados pelo historiador, das quais, após algumas seleções, aproximadamente 1/10 (um décimo) ilustra os dois interessantes volumes. E, para se ter uma idéia do trabalho realizado nos cemitérios brasileiros, transcrevemos, na íntegra, o que foi pesquisado aqui em Cuiabá, em termos de arte e sociedade nos cemitérios locais.

" Há três cemitérios em Cuiabá, Capital de Mato Grosso e centro geográfico, certinho, do Continente. O principal, mais vistoso e conservado, é o de N. Sra. da Piedade, que traz no friso do pórtico a data de 1875. O segundo, popular e pobre, por isso parecendo mais velho, é o do Porto, que se conhece somente pelo nome de Papo Vermelho. O terceiro, mais novo de todos, fica no bairro Coxipó, daí o seu topônimo. É amurado, asseado e duramente ensolarado. As árvores ainda estão crescendo, é quase um crematório. Havia outro chamado "Cai Cai", destruído em consideração do plano urbanístico que desfez campos e covas e arruou. Dele resta a capela, de taipa, e de simplicidade tanta que fica difícil dizer-lhe o estilo. O traço parece do século passado, neoclássico metropolitano digerido no alto sertão. Outras áreas de sepultamento eram agregadas às igrejas e já não existem. Nenhum cemitério fala dos dois séculos e meio da cidade. Nem as igrejas. Tu

se reformou, de tempos em tempos, e em cada reformação se teve o cuidado de se desfazer o passado, de se demolir ou modificar toda a impressão de que o tempo parou. Resta-nos ver nos cemitérios instalados na segunda metade dos Oitocentos alguns de seus primitivos túmulos.

O de Nossa Senhora da Piedade situa-se em suave elevação e faz face para uma rua larga e bonita, ladeada de frondosas mangueiras e palmeiras. É amurado, a frente é de gradil e de pórtico solene, com a data de 1875 no relêvo do frontão. Deve ser data de reforma ou da construção contígua que faz capela e sala de administração pois são frequentes lápides de até 1863 em sepulturas da ala nobre. É o mais representativo daquela sociedade enriquecida e isolada, refletindo uma prolongada fase em que as comunicações de Cuiabá, sem estrada de ferro, limitavam os transportes de materiais volumosos da arte tumulária. A ausência de sepulturas monumentais importadas de Portugal, Itália e França ou daquelas produzidas nas metrópoles brasileiras traduz uma contenção favorável à simplicidade. Não há estatuária de bronze nem mausoléus de mármore em capelas-jaziços. Poucos são os jaziços de família, ao jeito de casas imitando exemplos de outros meios.

Cuiabá não tem marmorarias. Por esta razão predominam nos três cemitérios os trabalhos daquele artesanato de riscadores de pedra, encontrado em marmorarias de Goiânia e Anápolis. A extensão geográfica consumidora da arte tumulária goiana abrange o Triângulo Mineiro e Moroceste paulista e parte de Mato Grosso. Os protótipos, inclusive os de maior dimensão e elementos erigidos como altares, são construídos de lajes recortadas e armadas sobre base de alvenaria, como revestimento, em dimensões compatíveis ao meio de transporte. As datas desses túmulos não excedem meio século, conforme já tínhamos anotado em Planaltina e cidades goianas. Verificamos imaginária de gesso, cimento e mármore em dimensões de até 50 cm. e em Mato Grosso observamos certa frequência de estatuária alegórica (- figuras aladas, caridade, fé, desolação) de idêntica fabricação e tamanho. As informações dos locais são precisas, indicando comerciantes correspondentes dos fornecedores goianos.

Nas sepulturas do século passado e do início do presente, de lápides marmóreas horizontais e verticais, encontram-se eventualmente rubricas de marmoristas de outras cidades. No jazigo do Barão de Diamantina (1878) lê-se a rubrica da procedência de um marmorista da corte. A lápide do Capitão Antonio Correa da Costa (1863) é de mármore português. A do Coronel Antonio Peixoto D' Azevedo (1867) traz a indicação da "Marmoraria de G. Faintini, de Assunção, Paraguai". A do Coronel Pedro Correa Couto, também oitocentista, tem a rubrica de José V. da Costa, marmorista da Praia de São Cristóvão, do Rio de Janeiro. E a do Chefe de Esquadra Augusto Leverger (Barão de Melgaço), de 1894, é do escultor Emanuele Cresta, do Rio de Janeiro, autor de mausoléus e estatuária tumulária

para várias cidades. Muitos túmulos, em grande parte já desfeitos ou decompostos, foram erigidos em tijolos com base de "pedra canga" recortada, alguns em rebôco imitando ornatos usados em casas. A hierarquia social revelada nas epígrafes indica raros barões e baronesas, frequentes "coronéis" da riqueza latifundiária e vários militares que serviam e se fixaram no Estado Oeste. São desses os túmulos de mais destaque, sem que sejam de luxo demasiado. Parecem ter sido profissionalmente, a expressão mais elevada da sociedade de mato-grossense. Não determinamos lápides de governadores ou presidentes da Província.

A oligarquia, passada do último império à república, era constituída das elites metropolitanas pelo que seus túmulos se encontram nos cemitérios do Rio de Janeiro, de São Paulo, ou alhures, como no exemplo do jazigo monumental no Cemitério da Consolação, SP., do Dr. José Vieira Couto Magalhães (falecido em 1899), que foi presidente de Mato Grosso em 1867. Apesar dessas limitações, não hesitamos em apontar a lápide do Chefe de Esquadra Augusto Leverger, (Barão de Melgaço - 1894), como uma das mais nobres sepulturas de homens militares no Brasil. Sobre a laje da campa vê-se, em relevo, as alegorias da arma, a inscrição de homenagem e o mapa do Estado, que deve suas limitações de fronteiras e conhecimento da imensa área geográfica aos trabalhos do ilustre militar. É um túmulo sem bravatas, sem exuberância de armas ou de autoridade; entretanto, relevante com presença biográfica e de obra de nacionalidade naquela prova de itinerário gigantesco percorrido pelo geógrafo.

CEMITÉRIO DA PIEDADE EM CUIABÁ

Constituído de quadras amuradas e gradeadas pertencentes às irmandades. Algumas são mais cuidadas, ajardinadas, diferindo das quadras da municipalidade, de terreno pedregoso, irregular e de capinzal, sem trato. Um dos materiais mais comuns nas sepulturas dos cemitérios cuiabanos é o ferro fundido e o ferro retorcido, em cruzes e gradis. São mais antigos e já abandonados. Cruzes de ferro retorcido, formando desenhos nos quadrantes, são numerosas como único elemento de marcando as covas rasas. Nas cruzes são fixadas pequenas placas de folha de metal amarelo ou branco, polido com inscrições de letras gravadas de tipos prensados. Essas placas demonstram a existência de um artesanato local, desenvolvido entre o ferreiro que faz a cruz e o gravador que faz a inscrição e frisos decorativos. Tal solução corresponde à disponibilidade local onde a fundição e obras de ferreiros existem em bom nível.

São poucas as cruzes de madeira, das covas rasas. Nas mais pobres usa-se um pequeno mourão com o número desses marcos de ponta afiada, prontos para serem fincados. A posse de uma cova significa capacidade financeira, podendo ser utilizada nos enterramentos da família concessionária e eventual utilização para outrem, sob con-

trato de aluguel. No Nordeste, uma propriedade de cova costuma ter várias cruzes, de adultos e crianças, como touceiras.

Nos cemitérios mato-grossenses, sobre as cruzes de ferro que demarcam as covas, se superpõem as plaquetas dos sucessivos enterrados. Superpreendemos, algumas vezes, a estranha inscrição de "sepultura arrendada", com indicação de período de cinco anos. Os Cemitérios da Piedade e do Papo Vermelho já se acham lotados, permitindo-se aos concessionários de lotes de covas rasas o arrendamento como praxe. No Papo Vermelho não há palmo de terra que não tenha conhecido defunto. No da Piedade a remoção é permanente, em cima da data, havendo monturo de cruzes de ferro e restos de lajes. Verificamos, também, em Cuiabá a ausência de estatuária de "bronze", de fabricação paulista e guanabarina, e de túmulos de granito polido industrializado, que predominam nas quadras ricas das necrópoles de várias cidades. A dificuldade de aquisição e transporte, assim como a disponibilidade de protótipos da arte tumularia dos riscadores de pedra de Goiás e dos ferreiros cuiabanos, embora artesanais e despreziosas, são as razões da preferência.

Mas em face do "progresso atual" responsável pela danificação do acervo histórico e arquitetural da cidade, os cemitérios de Cuiabá não poderão manter por mais tempo a singeleza que lhes confere dignidade e beleza. Ladrilhos hidráulicos, azulejos de banheiro e basculantes já estão invadindo. Flores plásticas, em rosas, dalias, gérberas, crisântemos, tulipas e lírios revestem as sepulturas cuiabanas. Nada temos a contrariar, a não ser a verificação de que a vegetação local de palmeiras maravilhosas e de frondes soberanas esmaga o produto da indústria de plástico sob tenebroso ridículo. Apesar disso, a invasão de matéria plástica na área da flora mais exuberante do País é um fato consumado.

Vimos, numa praça de Cuiabá, uma palmeira sinuosa como o célebre coqueiro "Gogó da Ema" de Maceió. Pensamos que fosse também de matéria plástica, como recurso de atração turística, já produzido em massa. Era, entretanto, uma palmeira natural, sem vícios. Mas, pouca dúvida resta, dentro em breve a indústria de plásticos poderá fornecer Gogós de Emas às diversas prefeituras. Resta-nos sugerir, sob pequena possibilidade de êxito, a conservação dos túmulos antigos e característicos daquela sociedade sóbria e distante de Mato Grosso. Seria, talvez, o reduto de um acervo histórico e artístico, sem os compromissos da aculturação alienígena das áreas metropolitanas."

N.R.: Extraído da obra ARTE E SOCIEDADE NOS CEMITÉRIOS BRASILEIROS, págs. 1.279, 1.280, 1.281 e 1.282 - Volume II, por Clarivaldo Prado Valladares - 1972 - Rio de Janeiro. Citação de Hélio Ferreira Pimentel, da Comissão Técnica de Tombamento Municipal.

Virgílio Corrêa Filho: Centenário

(Discurso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 11 de março de 1987, na sessão comemorativa do centenário de nascimento de Virgílio Corrêa Filho)

Antonio de Arruda

É para mim um privilégio de honra falar nesta Casa, de tão gloriosas tradições no cenário cultural do País. É claro que uma personalidade multi-facetada, como a de Virgílio Corrêa, não poderia ser analisada integralmente em um simples discurso. Assim, como representante do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia Mato-grossense de Letras, vou concentrar-me em alguns aspectos da vida e da obra do eminente patriótico, ligados à terra natal, dele e minha. Certamente, outras homenagens lhe serão prestadas, no ano de seu nascimento, pelas associações a que pertenceu e a que dedicou imenso labor, durante sua longa existência.

A família Corrêa da Costa, entrelaçada com os Alves Corrêa, tem dominado a cena política, econômica e social de Mato Grosso, durante pelo menos os últimos 160 anos. Os genealogistas mato-grossenses apontam a segunda década do século passado como o início da atuação dessa família. (1) Trata-se realmente de uma elite que tem participado do Governo de Mato Grosso e de sua representação política no Congresso Nacional e na Assembleia mato-grossense e atuado nas profissões liberais, como médicos, engenheiros, magistrados, e também militares. Dessa família destacou-se, no plano cultural, Virgílio Corrêa Filho que se projetou nacionalmente.

Seria impossível, nesta sessão, resumir ou sequer mencionar a vasta produção intelectual de Virgílio Corrêa Filho, que abrange cerca de duzentos títulos, entre livros, ensaios e artigos publicados em revistas e anais do País. Desse rico acervo vou limitar-me a alguns aspectos ligados à História de Mato Grosso. Neste setor, Virgílio Corrêa Filho escreveu inicialmente algumas biografias, focalizando inclusive três grandes vultos de governantes: Luiz de Albuquerque de Melo Perereira e Cáceres, na fase colonial, (2) Augusto Leverger, no segundo reinado (3) e Pedro Celestino Corrêa da Costa, na República.

Os dois últimos pertencem à família de Virgílio Corrêa Filho. Augusto Leverger, seu avô, que ele chamou de Bretão Cuiabanizado, foi um francês que, ainda jovem, participou das lutas do Prata, ao lado dos portugueses, incorporando-se depois à Marinha Brasileira. A seguir, recebeu a incumbência de construir uma esquadilha de barcas em Cuiabá, aonde chegou em 1830. Lá ficou, dedicando-se ao estudo da história e da hidrografia de Mato Grosso, tendo deixado importantes livros nessas especialidades. Afeiçoando-se ao "agarrativo Mato Grosso", conforme sua própria expressão, Leverger

constituiu família em Cuiabá, deixando numerosa prole, tendo exercido a presidência da província mais de uma vez. Na guerra movida por Solano Lopes, os paraguaios, após ocuparem Corumbá e outras cidades do Sul, ameaçavam a Capital. Naquele momento grave, Leverger se pôs à frente de um grupo de voluntários, já com o moral baixo, por terem retornado de uma investida anterior, para impedirem o avanço do inimigo. Exortou-os então com serena energia e encerrou suas palavras com a frase: "que me acompanhe quem quiser!" Referindo-se a este lance, Virgílio o comparou ao de Caxias, em Itororó, posterior aliás ao de Leverger: "siga-me quem for brasileiro!" Assim, como aqueles homens; galvanizados por sua presença, Leverger dirigiu-se à povoação de Melgaço. Sua fama e legenda fizeram com que os paraguaios desistissem da invasão a Cuiabá. Leverger transformou-se então no antemural do Brasil em Mato Grosso, segundo o dístico do Visconde de Taunay. (4) Por esse feito e por outros serviços prestados a Mato Grosso, D. Pedro II outorgou a Leverger o título de Barão de Melgaço. (5)

Com a biografia de Pedro Celestino Corrêa da Costa, cognominado "o Guia dos Mato-Grossenses", seu sogro, Virgílio completa o trio exemplar de governantes de Mato Grosso. Na apresentação do livro, adverte que suas apreciações, que poderiam ser argüídas de suspeição, baseiam-se em documentos de seu arquivo, onde prepondera o testemunho da maioria dos conterrâneos que assistiram à ascensão do paladino dos ideais republicanos em Mato Grosso. Nesse livro, além de rememorar os ancestrais do biografado, descreve os principais eventos históricos de que este participou. (5A)

Além desses três vultos eminentes, Virgílio incorporou ainda à sua bibliografia um ensaio sobre Joaquim Murinho, o grande Ministro de Campos Sales, e sua atuação na política de Mato Grosso, juntamente com seus irmãos, sobretudo Manuel Murinho, que foi Presidente do Estado e depois Ministro do Supremo Tribunal Federal. (6)

Coligindo esses estudos e acrescentando-os de outros, Virgílio Corrêa Filho compôs sua obra máxima, História de Mato Grosso, manancial precioso onde se têm a beberado os que se dedicam à historiografia mato-grossense. (7)

O exame desse livro põe em evidência, desde logo, que o autor possuía o verdadeiro sentido da história, especialmente de uma história em formação como é a do Brasil e de Mato Grosso em particular. Uma constatação óbvia que certamente não escapou à arguta observação do historiador é a de que, assim como a gênese da história brasileira está no espírito de navegação e de expansão econômica européia, a origem da história de Mato Grosso, como também de Minas e Goiás, reside nas penetrações bandeirantes. Por isso, ao invés de se apegar a fatos irrelevantes ou a conflitos estereis, Virgílio inclinou-se principalmente para a análise dos elementos fundamentais que entraram na composição da nova entidade política. Sente-se aí a influência de Euclides da Cunha, em "Os Sertões", pois os capítulos iniciais do livro são: a Terra, o Homem e a Conquista, com a adaptação necessária do último, isto é, com a mudança da luta, tema de

Euclides, pelo assunto correlato, no caso a conquista da terra.

No capítulo sobre a terra, Virgílio descreve o solo, o clima, os rios, os recursos minerais, a vegetação e a fauna. Na descrição do homem, mostra, em apreciação sucinta, as tribos existentes na região, depois a saga dos bandeirantes conquistadores e enfim os africanos levados por estes como elemento de apoio ao fixarem-se na terra. Além disso, o mesmo capítulo reserva um tópico para as componentes étnicas modernas, ou seja, das correntes migratórias de brasileiros e forasteiros que para lá afluíram logo que a notícia da descoberta das minas de ouro ecoou no País e transbôs os mares. E aqui se confirmou aquilo do geógrafo Peschel, citado por João Ribeiro, quando afirmou que foi o ouro ou a ilusão do ouro que povoou quase toda a América. (8)

Complementando o que foi exposto, em outro capítulo intitulado Aspectos Sociológicos, Virgílio Corrêa focalizou também a evolução demográfica, os hábitos e costumes, as peculiaridades linguísticas, a vida religiosa, a evolução financeira e o desenvolvimento econômico. Em seu conjunto, esses dados formam um vasto painel de tudo o que se relaciona com a terra e a gente mato-grossense. E, para mostrar a extensão das pesquisas do historiador, basta dizer que, entre suas citações, está a de um trabalho sobre o linguajar cuiabano do orador que ora lhes fala, publicado no início de sua modesta vida literária. (9)

Nos dois capítulos seguintes - Na Hinterlândia Mato-Grossense e Ciclo da Mineração Aurífera - Virgílio se ocupa da ação dos precursores e dos que realmente alcançaram Mato Grosso e o povoaram. Após mencionar diversos precursores, chega enfim a Pascoal Moreira Cabral, com sua bandeira originariamente organizada para prear índios, transformada por acaso em comitiva de mineradores. Era o início do povoamento, cuja certidão de batismo está na famosa ata da fundação de Cuiabá, aos 8 de abril de 1719. (10) Cuiabá ingressava assim na história do Brasil, como flor vivaz da civilização, nas expressivas palavras do historiador, desabrochada no coração da América do Sul, a mais de quinhentas léguas do litoral atlântico, como surpreendente e espontânea criação do gênio bandeirante. (11)

Dada a limitação de tempo para esse discurso, não me é possível acompanhar a análise penetrante, o método, a erudição com que Virgílio Corrêa Filho elaborou sua História de Mato Grosso, em 741 páginas compactas. Vou limitar-me a lembrar os fatos mais significativos por ele descritos, a começar pela criação da capitania de Mato Grosso, desmembrada de S. Paulo, já em 1748, sendo nomeado para seu primeiro governador e capitão-general, D. Antônio Rolim de Moura, Conde de Azambuja, primo de El-Rei, D. João V. Observe-se o cuidado com que a corte portuguesa selecionava os governantes para a nova capitania, tal o interesse em assegurar a posse dos extensos territórios ocupados pelos mineradores e que a letra dos tratados entre Portugal e Espanha mencionavam de modo impreciso. E a velha rivalidade entre os dois países ressurgiu nas terras de Mato Grosso, desdobrando-se em lutas sucessivas. Com essa preocupação dominante, no período colonial, foram enviados para Mato Grosso administradores de alto nível, com destaque para o

citado Luís de Albuquerque, o construtor dos Fortes de Coimbra e Príncipe da Beira e o fundador das cidades de Vila Maria, hoje Cáceres, em homenagem ao Governador, e S. Pedro de Aldeia, hoje Poconé. Eram todas elas povoações construídas com fim estratégico, de repulsa à invasão dos espanhóis vizinhos e também para marcar a posse da terra, o que serviria futuramente para alicerçar a doutrina do uti possidetis, que beneficiaria o Brasil, nas questões de limites.

Consolidada a organização da capitania, Virgílio Corrêa mostra o ambiente de grande agitação, no fim do regime colonial. O último capitão-general, Francisco da Cunha Magessi Tavares de Carvalho, fora deposto em 19 de agosto de 1821, sendo substituído por uma junta governativa. Após a independência e, durante toda a fase regencial, perduraram os distúrbios, especialmente depois da abdicação de D. Pedro I, no interregno que Virgílio Corrêa chamou de "década tumultuária". Fenômeno semelhante ocorreu em quase todo o País e foi sem dúvida consequência do conflito entre as elites que fizeram a Independência: de um lado, os que desejavam a república e do outro, os que pugnavam pela monarquia. Nunca a unidade nacional periclitou tanto como nesse período. O espírito de conciliação, porém, peculiar ao caráter brasileiro, prevaleceu, a princípio, com a unificação da regência trina, ou seja, com eleição de um regente por quatro anos. Seria ele como que um Presidente da República, durante a menoridade do Imperador, na expectativa de que a experiência satisfizesse os liberais exaltados que desejavam a República, o que de fato não aconteceu. Sobreveio, no entanto, um imponderável que trouxe alguma trégua na contenda: é que repugnava à índole generosa do brasileiro conspirar contra um Imperador menino.

Mas, a par desses episódios, o movimento nativista, que alimentava a animosidade entre brasileiros e portugueses, despontou em Mato Grosso como também em outras províncias. Em Mato Grosso, ocorreram conflitos simultâneos e orquestrados em várias cidades, culminando com a matança indiscriminada de portugueses, na noite de 30 de maio de 1834. O principal responsável por esse massacre, segundo o consenso geral, foi o caudilho João Poupino Caldas, que se apossara do governo e que mais tarde foi assassinado. Esse evento, até hoje conhecido, passou para a História de Mato Grosso com o nome de "Rusga". (12) A nomeação do grande jurista, José Antonio Pimenta Bueno, para a presidência da província, concorreu para acalmar os ânimos.

Por outro lado, com a antecipação da maioridade de D. Pedro II, que começou seu reinado sob o signo da concórdia, o Brasil entrou numa fase de paz e prosperidade. Mato Grosso participou desse clima, apesar do isolamento e das longas distâncias que o separavam dos principais centros do País. A registrar, nesse período, alguns governantes de primeira linha, como o Ten. Cel. Antônio Pedro de Alencastro, o renomado escritor e sertanista José Vieira Couto de Magalhães, além do Almirante Augusto Leverger, já mencionado, que presidiu a província durante seis anos, em três períodos.

Entre os governantes de Mato Grosso, não se pode esquecer de Floriano Peixoto, que exerceu a presidência da província por um ano, em 1884. Com esse cargo acumulou ele o de Comandante das Armas e deveria ser o que para os militares é simplesmente o cumprimento de uma missão. Mas Floriano foi além e tomou gosto pelas artimanhas da política. Conta-se dele um fato ocorrido em época de eleição, quando se tramou em Palácio o furto de um livro de atas do distrito de Chapada dos Guimarães, seção onde o Governo esperava perder. Despachados alguns cavaleiros para esse fim, encontraram eles o portador do livro, que saiu a correr. Fácil foi agarrá-lo, tomar-lhe o livro e transportá-lo para o Palácio.

Aberto, porém, verificou-se estar completamente em branco: o livro verdadeiro tinha sido levado, às escondidas, ao cartório mais próximo para o devido registro, como permitia a Lei. Referindo-se a este fato, no auge da Revolta da Armada, para acentuar que não pensava ser um perdedor, Floriano dizia ter sido logrado apenas uma vez: por um matuto de Mato Grosso. (13)

Ao que parece, Floriano aprendeu muito, em Cuiabá, no que tange ao relacionamento com as pessoas. E aqui peço vênia para uma digressão e recordar um trabalho antigo em que procurei identificar os traços característicos do cuiabano. Depois de mencionar o individualismo de meus conterrâneos, com suas manifestações mais constantes de coragem e bravura, assim me expressei: - "Outra característica do cuiabano é a hospitalidade. O forasteiro é sempre bem recebido, como traço-de-união com outras terras, o portador de notícias de que é ávido de quem vive em isolamento. Mas essa hospitalidade vem temperada de suspicácia. É um sentimento ambivalente. Pois se o desconhecido é bem-vindo, tratado com polidez, isso não significa ter obtido, logo de início, como uma dádiva, o afeto e a confiança de todos. Isso só se conquista com o tempo, mediante prova de honestidade de propósitos. Neste ponto, o cuiabano parece-se com o mineiro, com quem, aliás, guarda perfeita afinidade. Ao cuiabano, como ao mineiro, não é fácil ludibriar, porque, sob a impressão de candura, põe-se de pé atrás com os impostores que intencionalmente abusam de sua aparente boa-fé. O cuiabano e o mineiro não compram bonde, apesar da lenda forjada contra este último. Ademais, o cuiabano sabe vingar-se daqueles com quem não simpatiza. Na sua fala mansa esconde-se deliciosa capacidade de humor. Ora é um apelido bem posto, ora é uma pequena armadilha em que o indivíduo se coloca em posição de lamentável ridículo". (14)

Não terá sido em sua passagem por Cuiabá que Floriano Peixoto assimilou ou pelo menos aprimorou aquela astúcia, aquela picardia, aquele confiar, desconfiando, com que penetrou na História do Brasil? Fica aí esse tópico para a reflexão do ilustre auditório.

Chegamos enfim à mudança do regime, que Virgílio Corrêa Filho relata, rememorando fatos interessantes que não vem a pelo esmiuçar. A ressaltar somente que essa espécie de crise de passagem que caracterizou os primeiros anos da República, no Brasil, se estendeu a Mato Grosso.

Tivemos lá também, como em vários pontos do País, um ciclo de revoluções, com episódios de extrema violência. Entre elas, uma das mais sangrentas foi a de 1906, em que ponderáveis forças políticas se coligaram em torno dos senadores Generoso Ponce e Pedro Celestino, contra o Presidente Antônio Paes de Barros, mais conhecido por Totó Paes, a quem se atribuía o clima de insegurança então reinante, e que acabou perecendo na luta. (15)

Agora, uma pergunta final: Virgílio Corrêa Filho chegou de militar na política? Ele o fez, mas por pouco tempo. Sua atuação mais relevante foi entre 1922 e 1926, como Secretário Geral do Estado, na presidência do sogro, Pedro Celestino, e, quando este se afastou do governo, por motivo de doença, no de seu irmão, Dr. Estevão Alves Corrêa, que completou o quadriênio. Em 1926, houve um acordo entre os partidos, levando ao governo do Estado o Dr. Mário Corrêa da Costa, que exercia a clínica médica no Rio de Janeiro. Mas com este Virgílio desaveio, publicando contra ele alguns panfletos, em que demonstrou surpreendentes qualidades de polemista. Era um Alves Corrêa contra um Corrêa Costa: uma briga de primos na qual não nos convém entrar... (16)

Com a Revolução de 1930, Virgílio aceitou o convite do Interventor, Cel. Antonino Mena Gonçalves, para Secretário Geral do Estado, mas não chegou a permanecer no cargo nem dois meses. A 17 de dezembro, pediu exoneração, juntamente com o Chefe de Polícia; Antônio Ries Coelho, getulista de primeira hora, integrante da Aliança Liberal. Ambos não suportaram o ambiente de confusão que se instalou no Estado onde só se ouvia falar na prisão dos "carcomidos", que aliás eram quase todos, mesmo os que estavam no governo. Bem que Virgílio tentou pôr ordem naquele caos, mas sem nenhum resultado. (17)

Termino, lembrando, a respeito deste encargo, a frase de Castilho que o historiador conterrâneo, Estevão de Mendonça, colocou no pórtico de suas Datas Mato-Grossenses: - "Outros fariam ou farão melhor: eu fiz o que pude."

NOTAS

1. Corrêa da Costa, Clovis - Mato Grosso de Ostror, ed. do autor, 1965, págs. 30 e seguintes.

O próprio Virgílio Corrêa Filho, citando os estudos do escritor mato-grossense José de Mesquita, se referiu às origens de sua família, realçando os que mais se salientaram, na História de Mato Grosso (ver seu livro "Pedro Celestino", Zélio Valverde, Rio, 1945, págs. 9 e seguintes).

2. Corrêa Filho, Virgílio - Luiz de Albuquerque (Fronteiro Insigne) - Anais do Congresso de História Nacional - 3º Congresso, Vol. 2, págs. 167 e seguintes.
3. Corrêa Filho, Virgílio - Leverger, o Bretão Cuiabanizado. Fundação Cultural de Mato Grosso, Cuiabá, 1979. Também em: Anais do Congresso de História Nacional, 3º Congresso, Vol. 2º, págs. 389 e seguintes, e Rev. do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, ano MCMXXXIX, págs. 51 e seguinte.
4. Visconde de Taunay - Augusto Leverger, Comp. Melhoramento de São Paulo, São Paulo, s/d.
Taunay não terminou a biografia de Leverger e seu filho Afonso Taunay resolveu completá-la com o citado "Leverger, o Bretão Cuiabanizado".
5. Casa Barão de Melgaço é como se chama, em Cuiabá, a sede da Academia Mato-Grossense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, na casa da antiga Rua do Campo, hoje Barão de Melgaço, onde morou Augusto Leverger. Ele é também o patrono da cadeira nº 12 da AML, cujo primeiro ocupante foi Estevão de Mendonça, hoje ocupada pelo autor deste trabalho.
- 5A. Corrêa Filho, Virgílio - Pedro Celestino, citado (n.1).
6. Corrêa Filho, Virgílio - Joaquim Murтинho, Departamento de Imprensa Nacional, Rio, 1951.
7. Corrêa Filho, Virgílio - História de Mato Grosso, Inst. Nac. do Livro, MEC, Rio, 1969.
8. Ribeiro, João - História do Brasil, Francisco Alves, Rio, 12ª ed., 1929, pág. 279.
9. Corrêa Filho, Virgílio - História de Mato Grosso, cit., págs. 653 e 705 (nota 28).
10. Corrêa Filho, Virgílio - História de Mato Grosso, cit., pág. 200.
11. Corrêa Filho, Virgílio - História de Mato Grosso, cit., pág. 205.
12. Mendonça, Estevão - Datas Mato-Grossenses, 2ª ed., Editora Rio Bonito, Goiânia, 1973, Vol. 1º, pág. 231.

O massacre era feito aos brados de mata bicudo! Virgílio Corrêa Filho registra a seguinte quadra da época que a tradição guardou (História de Mato Grosso, pág. 154, nota 154):

Maroto pé de chumbo
Calcanhar de frigideira
Quem foi que deu direito
De casar com brasileira?

Outra versão é dada pelo Dr. Clovis Corrêa da Costa (Mato Grosso de Outrora, cit., pág. 31):

Galego pé de chumbo
Calcanhar de frigideira
Quem lhe deu a confiança
De casar com brasileira?

13. Arruda Antonio - Cuiabá e a Integração Nacional, Coleção Museu Paulista, História, vol. 2º, USP, 1974, págs. 83/4

14. Idem, Ibidem.

15. Corrêa Filho, Virgílio - História de Mato Grosso, págs. 596 e seguintes.

16. Eis os títulos dos panfletos que Virgílio publicou, criticando a administração Mário Corrêa, em 1926 e 1927: - "Versatilidade Presidencial", "Depenando uma Galha Empavonada", "O Siamês da Galha Empavonada", "O Detrator Oficial" e "Relendo a Mensagem".

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL,
da UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, em convênio com
a IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO.

Endereço para Correspondência e Contatos:

Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional,
NDIHR, Universidade Federal de Mato Grosso, Bloco do
Centro de Ciências Agrárias, Sala 56. Fone: 361-2211
(Ramal 170).

UFMT: Convênio Para a Recuperação de Documentos

A Universidade Federal de Mato Grosso e o Departamento de Administração do Ministério da Fazenda assinaram no dia 7 de Julho, um novo convênio destinado à recuperação, restauração, arranjo, levantamento, inventário, catalogação, microfilmagem e ao arquivamento dos documentos históricos que compõem o acervo do Ministério no Estado. O convênio foi firmado pelo reitor Eduardo De Lamônica Freire e pelo delegado do Ministério da Fazenda em Mato Grosso, Varlindo Alves da Silva, em cerimônia realizada no gabinete deste último, com a presença da supervisora do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFMT, professora Elizabeth Madureira Siqueira, e da coordenadora de Cultura da UFMT, professora Marina Muller de Abreu Lima Portocarrero. O NDIHR é o órgão da UFMT encarregado de cumprir as obrigações que cabem a esta por força do convênio, que terá vigência até o final deste ano, podendo ser prorrogado.

O Ministério da Fazenda destinou 375 mil cruzados à UFMT para a execução dos trabalhos, a serem liberados em três parcelas de 125 mil. Aliás, a primeira parcela já foi liberada. O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, cuja participação se relaciona especialmente ao fornecimento de recursos humanos especializados - técnicos em arquivística, microfilmagem e restauração, além de professores de História, pesquisadores e estagiários, já concluiu a primeira parte do projeto "Recuperação da Documentação do Arquivo da Delegacia do Ministério da Fazenda", editando o inventário intitulado Provedoria da Real Fazenda, resultado do primeiro convênio. Este segundo convênio deverá produzir outro volume semelhante ao primeiro, constituído de documentos do período colonial.

NO IHGMT

Graduada em História pela Universidade Estadual de São Paulo (Campus Franca), a supervisora do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso, professora Elizabeth Madureira Siqueira, foi admitida no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e empossada na condição de sócia efetiva. Com 20 anos de magistério, sendo oito no primeiro e segundo graus, na capital paulista, há 12 anos Elizabeth Madureira Siqueira pertence ao corpo docente da UFMT, hoje como professora adjunta do Departamento de História, ministrando a disciplina Historiografia. Especializou-se em História de Mato Grosso. Segundo ela, seu ingresso no Instituto Histórico e Geográfico objetiva especialmente articular a UFMT com essa instituição.

O INSTITUTO

O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso foi fundado em 8 de abril de 1919, estando portanto perto de comemorar o seu centenário. Segundo a professora Elizabeth Madureira, ele teve produção fértil através da "Revista IHGMT" e representou um baluarte na preservação e divulgação da memória regional. Hoje o Instituto reúne pessoas das mais diversas regiões do país, "numa demonstração de espírito democrático dos seus membros e retrata a realidade atual de Mato Grosso, cuja população se diversificou muito a partir da grande migração iniciada na década de 60", diz a professora. (ASCOM)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL - NDIHR